

Intervenção Evangelina Pereira

Os regimes específicos na Administração Pública

Camaradas,

Se para as carreiras de regime dito geral, o processo para a sua destruição está quase completo, a agonia vai ainda prolongar-se para os trabalhadores das carreiras de regime especial, pelo menos até Setembro.

Sem pretender ser redutora, e porque são as que conheço melhor, refiro as carreiras tributária e aduaneira, que atentas as missões e atribuições da DGCI e da DGAIEC expressas nas respectivas leis orgânicas este Governo teimou em retirar do âmbito do contrato de nomeação.

É caso para perguntar: Então a função aduaneira de controlo de fronteiras e de fiscalização direccionada para a defesa da saúde pública, do controlo de drogas e armamento, do espaço aéreo e marítimo não são funções de soberania?

Quanto à DGCI será caso para perguntar se a função constitucional atribuída aos impostos sobretudo os directos, como garantia de uma justa tributação e distribuição de riqueza, não são funções superiores no ordenamento democrático?

Não sendo estas as únicas áreas de intervenção, servem contudo para exemplificar a demagogia do Governo Sócrates, que reduz as funções de soberania à função repressiva do Estado e ao mesmo tempo afirma estar a construir um Estado Social.

Neste contexto não é difícil imaginar que as anunciadas intenções de manutenção das carreiras nestes organismos com um regime diferenciado, mais, não visam que pé ante pé, estas carreiras se aproximem cada vez mais das carreiras de regime geral, comprometendo inclusivé o profissionalismo com que os trabalhadores destas áreas desempenham as suas funções.



CONGRESSO

LOCAL: POLITÉCNICO DE SETÚBAL 30 E 31 MAIO

Se no que respeita às carreiras é assim, no que respeita à aplicação e adaptação do SIADAP, a situação não é melhor, já que para além deste, e do Estatuto disciplinar, estes trabalhadores podem, no exercício das suas funções, ser ainda penalizados pela LGT e pelo RGIT, sem falar no diploma sobre responsabilidade extracontratual do Estado.

Face a este panorama, os trabalhadores destes organismos, não têm razões para ficar tranquilos, até dada a situação de grande parte destes instrumentos legais irem ser fabricados e pseudonegociados em pleno período de férias.

Não sendo um sector particularmente combativo, podem no entanto estes trabalhadores contar com o apoio e empenhamento dos Sindicatos da Federação na defesa das suas justas reivindicações, embora cientes de que algumas vezes, para além de combatermos o Governo, também temos de combater os que em nome dos trabalhadores, mais não fazem do que traí-los como se viu nas negociações agora terminadas.

VIVA O IX CONGRESSO DA FNSFP.

Setúbal, 30 de Maio de 2008